

CORREIO
OFFICIAL

11 DE OUTUBRO
DE 1911

CORREIO OFFICIAL



ESTADO DA PARAÍBA DO NORTE

ANNO XVI

PUBLICADO NA "IMPRENSA OFFICIAL"

ASSIGNATURAS:—6\$000 por anno começando em qualquer tempo e findando sempre em 31 de Dezembro.

N. 32

GOVERNO DO ESTADO

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR.
DR. JOÃO LOPES MACHADO, PRESIDENTE DO ESTADO.

Lei n. 346 (*)

De 6 de Outubro de 1911.

Assegura aos officiaes e praças do Batalhão Policial as vantagens e obrigações da Lei n. 14, de 23 de Setembro de 1893, combinada com a de n. 227 de 1.º de Outubro de 1907 e dá outras providencias.

Dr. João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º São asseguradas aos officiaes e praças do Batalhão Policial as vantagens e obrigações da Lei n. 14 de 23 de Setembro de 1893, combinada com a Lei n. 227, de 1.º de Outubro de 1907.

Art. 2.º Fica revogada a disposição do art. 9 da alludida Lei n. 14 de 23 de Setembro de 1893, no que concerne aos referidos officiaes e praças.

Art. 3.º Ao official ou praça que se inutilizar em combate para a manutenção da ordem publica, é garantida a reforma com todos os vencimentos, seja qual for o tempo de serviço.

§ unico. Esta incapacidade para o serviço será comprovada por certidão do commandante do batalhão e parecer da junta medica composta de tres medicos.

Art. 4.º Será contado para o effeito da reforma: o tempo que serviram no exercito os officiaes e praças do batalhão policial, desde que estes officiaes ou praças tenham tempo igual ou superior de serviço publico ao Estado.

§ 1.º Aquelles que tiverem o tempo de serviço estadual inferior ao que tiverem no exercito,

contarão apenas deste a parte correspondente ao tempo de serviço estadual.

§ 2.º A concessão destas vantagens fica sujeita ao disposto do art. 7.º da Lei n. 14 de 23 de Setembro de 1893, que regula a aposentadoria dos funcionarios publicos estaduais.

Art. 5.º A familia dos officiaes e praças mortos em combate pela segurança da ordem publica, é garantida uma pensão igual aos vencimentos integaes que tinham estes officiaes ou praças ao tempo de seu fallecimento.

Art. 6.º Entende-se por familia, para gosar das vantagens do art. ultimo: a) a viuva que houver sido casada civilmente com o official ou praça fallecida, se não estiver divorciada e se vivia em familia, ou se tiver deixado de viver em familia por culpa do marido, o que provará; b) as filhas e filhos legitimos ou legitimados segundo a legislação vigente, e menores de 21 annos, se já não estiverem emancipados pelos meios legaes.

Art. 7.º A pensão será dividida em duas partes, cabendo uma á viuva e outra aos filhos menores.

Art. 8.º Não haverá reversão de pensão excepto a da viuva que morreu deixando filhos menores.

§ unico. Nesta hypothese será igualmente distribuida entre estes a quota deixada pela pensionista fallecida.

Art. 9.º Extingue-se a pensão: a) pelo fallecimento do pensionista ou da pensionista, salvo o caso previsto no art. anterior; b) pela maioria das filhas ou filhos; c) pelo desempenho de qualquer cargo publico remunerado, Federal, Estadual ou Municipal; d) pelo casamento; e) pela conducta reprovada ou criminosa.

Art. 10.º As licenças concedidas aos officiaes e praças do Batalhão Policial ficam sujeitas ao disposto na lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

Art. 11.º Si, porém, estas li-

cenças forem em consequencia de ferimento recebido em combate para segurança da ordem publica, os licenciados perceberão todos os vencimentos.

Art. 12.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, em 6 de Outubro de 1911, da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

Foi publicada nesta Secretariá de Estado, em 6 de Outubro de 1911.

Servindo de Secretario de Estado,

FRANCISCO DO VALLE MELLO,
Director Geral.

(*) Reproduzida por ter sido publicada com erros de revisão.

Expediente do Governo do dia 13 de Setembro de 1911.

Portarias:

O Presidente do Estado, resolve nomear o cidadão Florentino Cavalcante de Albuquerque Flores, para exercer a serventia interina dos officios de Partidor e Distribuidor do Juizo da Comarca de Areia, servindo de titulo a presente portaria.

Communicou-se ao juiz de direito respectivo.

O Presidente do Estado, sob proposta do Dr. Chefe de Policia, resolve exonerar o cidadão José Ricarte da Silva, do cargo de subdelegado do districto de Alagôa do Monteiro, do termo do mesmo nome.

Igual:

Nomeando para substituil-o, o cidadão Manoel Pedro da Silva.

Igual:

Exonerando o cidadão Ananias Bizerra da Silva, do cargo

de 3.º supplente do mesmo subdelegado.

Igual:

Nomeando para substituil-o, o cidadão Manoel Innocencio de Mello.

Remetteu-se ao Dr. Chefe de Policia, para os devidos fins.

Officios:

Ao Illustre Cidadão Inspector do Thesouro.

Communico-vos para os fins convenientes, que em data de hontem, o bacharel José Ferreira de Novaes, Juiz de Direito da 3.ª vara da comarca da Capital, assumiu o exercicio da 2.ª Vara, que lhe foi transferido pelo respectivo Juiz.

Ao mesmo:

Remetto-vos, afim de ser archivada nessa repartição, a inclusa copia da escriptura de compra que fez este Governo ao major João Lotrenço de Maria e Meilo e sua mulher, de um terreno com a frente para á rua da Palmeira, medindo 163 metros, ao nascente com á rua de S. João; medindo 93 metros; ao norte, com á rua do Meio, medindo 192 metros, e ao Sul com o sitio dos herdeiros de Luiz da Silva Baptista, e recomendo-vos que faças pagar ao tabellião Maximiano Aureliano Monteiro da Franca, a quantia de 50\$000, pelo feitiço da referida escriptura.

Ao Illustre coronel Antonio Ignacio de Albuquerque Xavier, Inspector Permanente da 5.ª Região Militar, no Estado de Pernambuco.

Tenho a honra de accusar o recebimento do officio circular, datado de 6 do corrente mez, no qual communicastes haver assumido naquella data, o cargo de Inspector dessa Região, por ter o Exmo Sr. General Henrique Augusto Eduardo Martins, obtido a exoneração que solicitara.

Agradeço e retribuo os protestos de alta estima e subida consideração que vos dignastes de apresentar-me no citado officio.

Expediente do Governo do dia 14 de Setembro de 1911.

Officio:
Ao Illustre Cidadão Inspector do Thesouro.

Em resposta ao vosso officio de hontem datado, sob n. 101, declaro que ficasse autorizado a designar um empregado da Mesa de Rendas de Itabayanna, para servir de Chefe da Estação de Arrecadação de Pedras de Fogo, durante a licença do referido chefe, com direito a porcentagem que perder o effectivo.

Expediente do Governo do dia 16 de Setembro de 1911.

Portaria:
O Presidente do Estado attendendo ao que requereu o cidadão Frederico Norat, Official Archivista da Secretaria de Estado, e tendo em vista o atestado medico exhibido, resolve conceder-lhe tres mezes de licença sem ordenado, em prorrogação da que se acha gosando, para tratar de sua saúde.

Communicou-se ao Thesouro para os fins convenientes.

Officios:
Ao Illustre Cidadão Inspector do Thesouro.

Recommendo-vos que faças pagar ás inclusas folhas, sendo: uma das despesas feitas com a Estrada de Rodagem da Cidade de Areia, durante a quinzena de 19 de Agosto findo a 1 do corrente mez, na importancia de 6:389\$385 reis e outra dos empregados da empresa da mesma estrada, durante o mez de Agosto findo, na importancia de 650\$000, prefazendo o total de 7:039\$385 reis, devendo ser effectuado o respectivo pagamento, nos termos das ordens existentes nessa repartição.

Ao mesmo:
Recommendo-vos que faças pagar a inclusa folha do apontador e operarios que se acham em serviço no calçamento da rua das Trincheiras desta cidade, durante a semana de 10 á presente data, na importancia total de 424\$150 reis, devendo ser effectuado o pagamento nos termos das ordens existentes nessa repartição.

Ao mesmo:
Recommendo-vos que faças pagar a inclusa folha do apontador e operarios que se acham em serviço no proprio estadual, sito á rua das Trincheiras desta cidade, durante a semana de 10 a presente data, na importancia total de 470\$100 reis, devendo ser effectuado o respectivo pagamento nos termos das ordens existentes nessa repartição.

Expediente do Secretario de Estado.

Ao Illustre cidadão Director Geral da Instrução Publica e da Escola Normal.

S. Exc.^a o Sr. Presidente do Estado, vos manda comunicar, para os fins convenientes, que o adjunto da 1.^a cadeira do sexo masculino da capital, cidadão Eutiquio de Albuquerque Autran Filho, continua em comissão deste Governo, fora do Estado, por tempo indeterminado.

Expediente do Governo do dia 23 de Setembro de 1911.

Portarias:

O presidente do Estado, resolve exonerar a pedido, d. Maria da Silva Guerra, do lugar de professora interina da escola publica municipal da povoação do Salgado, do municipio de Itabayanna.

Nomeando para substitui-la d. Sophia da Silva Guerra.

Deu-se sciencia ao prefeito do municipio de Itabayanna.

Officios:

Ao exmo. sr. presidente do Estado do Piahy.

Tenho a honra de accusar o recebimento do officio circular de v. exc. no qual offerece-me um exemplar impresso, que agradeço, da mensagem que apresentou á Camara Legislativa desse Estado, por occasião da abertura de seus trabalhos, em 1.^o de Junho do corrente anno.

Agradeço e retribuo a v. exc. os protestos de alta estima e distincta consideração que dignou-se de apresentar-me no citado officio.

Ao sr. inspector do Thesouro.

Recommendo-vos, que faças pagar a inclusa folha do apontador e operarios que se acham no serviço do calçamento da rua das Trincheiras desta cidade, durante a semana de 18 á presente data, na importancia de 376\$775 reis, devendo ser effectuado o respectivo pagamento, de accordo com as ordens existentes nessa repartição.

Ao mesmo:

Recommendo-vos, que faças pagar a inclusa folha do apontador e operarios que se acham em serviço no proprio estadual, sito a rua das Trincheiras desta cidade, durante a semana de 17 a presente data, na importancia de 1:099\$300 reis, devendo ser effectuado o respectivo pagamento, de accordo com as ordens existentes nessa repartição.

Expediente do Governo do dia 25 de Setembro de 1911.

Portaria:

O presidente do Estado, resolve

exonerar o bacharel Victorino do Rego Toscano de Brito, do cargo de Prefeito do Municipio de Mamanguape, por haver accettato o de contador dos Correios de Pernambuco.

Igual:

Nomeando para substitui-lo o cidadão João Raphael de Carvalho.

Deu-se sciencia ao presidente do Conselho Municipal respectivo.

Officios:

Ao Illustre Cidadão Inspector do Thesouro.

Communico-vos, para os fins convenientes, que em data de 12 do corrente mez, o bacharel Antonio Massa, Juiz de Direito da 2.^a vara da comarca da capital,

passou o exercicio ao seu substituto legal bacharel José Ferreira de Novaes, Juiz de Direito da 3.^a vara, por ter de substituir o desembargador do Superior Tribunal de Justiça, bacharel Candido Soares de Pinho, que se acha na Capital Federal, em comissão deste governo.

Ao mesmo:

Communico-vos, para os fins convenientes, que em data de 22 do corrente mez, o bacharel Pedro Bandeira Cavalcante, reassumiu o exercicio do cargo de Juiz de Direito da comarca de Guarabira, por haver cessado o seu incommodo de saúde.

Ao Sr. M. P. Lauritzen, Vice-Consul da Noruega.

Em resposta ao officio do sr. Vice-Consul da Noruega, datado de 25 do corrente mez, declaro que fico sciente de haver assumido o cargo de Vice-Consul da Noruega.

Agradeço e retribuo ao sr. Vice-Consul da Noruega a apresentação de alta estima e consideração, que se dignou de apresentar-me no citado officio.

Expediente do Governo do dia 27 de Setembro de 1911.

Portaria:

O Presidente do Estado, attendendo ao que requereu o bacharel João Pereira de Castro Pinto, lente vitalicio da cadeira de Mathematicas elementares do Lyceu Parahybano e tendo em vista o atestado medico exhibido, resolve jubilar-o com o ordenado correspondente ao tempo de serviço que lhe for contado pela repartição do Thesouro, devendo solicitar titulo da Secretaria de Estado.

Deu-se sciencia ao Director do Lyceu Parahybano.

Officio:

Ao Exm. sr. Consul Geral do Brazil em Cadiz.

Respondendo vosso officio de

30 de Julho do corrente anno, no qual solicitaes do meu Governo informações diversas para que ahi sejam divulgadas largamente, por occasião da reunião do Congresso Pericial Mercantil Latino-Americano, em 1912, os progressos do Estado que tenho a honra de administrar, passo a ministrar-vos em varios informes, de accordo com o questionario que acompanhou o citado officio.

A Parahyba não dispõe ainda, apezar do seu crescente desenvolvimento mercantil, de Institutos de commercio, não se tendo objectivado infelizmente, algumas das tentativas feitas nesse sentido.

O meu governo a braços desde o seu inicio com o estabelecimento de varios serviços de urgencia, como sejam o abastecimento d'agua, esgotos, iluminação e tracção electricas da capital, estradas de rodagem no interior do Estado, reorganização do ensino profissional da Escola Normal, destinado ao preparo de professores primarios e a reforma do proprio ensino primario, não pôde ainda instituir, o que aliás desejo ardentemente, um curso destinado ao preparo dos que desejarem se dedicar a honrosa profissão commercial.

Hoje, porem, que aquelles serviços estão em via de conclusão, o governo pretende, o que acaba de solicitar do poder legislativo estadual, reorganizar o Lyceu Parahybano, estabelecimento de ensino secundario, adaptando-o a nova reforma federal do ensino superior.

Com essa reorganização é o meu intuito, conscio da necessidade e da extraordinaria vantagem da diffusão do ensino mercantil, estabelecer no Lyceu um curso dessa natureza, no qual poderão ser ministrados vantajosamente o ensino de escripturação mercantil, contabilidade commercial, noções de direito commercial, etc.

O commercio, cuja função economica é tão importante e que tão estreitamente liga as nações entre si, por uma comunidade de interesses reciprocos, deve sempre merecer especial attenção dos governos.

Assim pensando almejo dotar a Parahyba de um curso onde se ministre o ensino mercantil do modo mais conveniente e mais amplo possivel.

Em resposta ao ultimo questionario, tenho a indicar-vos o jornal «A União», orgam de maior circulação no Estado e que perfeitamente se presta para a propaganda do congresso a se reunir, segundo os vossos desejos.

Eis o que posso vos ministrar, pondo-me ao vosso dispor para as demais informações que julgardes necessarias.

Retribuo os protestos de consideração contidas em vosso officio.

Expediente do Governo do dia 29 de Setembro de 1911.

Portarias:

O Presidente do Estado, resolve exonerar, a pedido, o bacharel Manoel Tavares Cavalcante, de lente vitalicio da cadeira de Litteratura do Lyceu Parahybano.

Igual:

O Presidente do Estado, resolve exonerar a pedido, o bacharel Manoel Tavares Cavalcante, do lugar de professor de Pedagogia e Moral da Escola Normal.

Deu-se sciencia ao Director Geral da Instrução Publica e Escola Normal.

Officios:

Ao Exm. Sr. Governador do Estado de Sergipe.

Tenho a honra de agradecer a V. Exc.^a o offerecimento que fez-me de um exemplar impresso da Mensagem que enviou á Assembléa Legislativa desse Estado, por occasião da abertura solemne da 2.^a sessão ordinaria da 1.^a legislatura, em 7 do corrente mez.

Agradeço e retribuo a V. Exc.^a os protestos de estima e apreço, que dignou-se de apresentar-me no citado officio.

Ao Illustre cidadão Inspector do Thesouro.

Recommendo-vos que faças pagar á inclusa folha do pessoal occupado no serviço do abastecimento d'agua desta capital, durante a quinzena de 15 a 28 de Setembro corrente, na importancia total de 5:150\$300 reis, devendo ser effectuado o respectivo pagamento de accordo com as ordens existentes nessa repartição.

Ao mesmo:

Recommendo-vos que providencieis no sentido de ser lavrada a escriptura de compra que faz este governo ao Cidadão Ubaldo Cesar de Olinda Campello e sua mulher, da casa de sua propriedade, sito a rua da Palmeira desta cidade, sob n. 21, pela quantia de 5:000\$000 de reis, devendo ser dita escriptura lavrada pelo tabellião Maximiano Aureliano Monteiro da Franca e assignada pelo dr. Procurador Fiscal, como representantes deste mesmo governo.

Ao Illustre Cidadão Juiz Municipal Supplente em exercicio do termo de Umbuzeiro.

Em resposta ao vosso officio datado de 15 do corrente mez,

sobre o pedido de extradição de diversos individuos que se acham pronunciados por esse juizo nas penas do artigo 304 § unico doCodigo Penal, declaro-vos que, de accordo com o Decreto Federal n. 39 de 30 de Janeiro de 1892, deveis juntar os documentos de que trata o referido Decreto, afim de poder este governo expedir as necessarias ordens.

Expediente do governo do dia 30 de Setembro de 1911.

Officios:

Ao Illustre Cidadão Inspector do Thesouro.

Recommendo-vos que faças entregar ao dr. Clemente Rosas, a quantia de 7:592\$740 reis, afim de recolher a repartição d'Alfandega, para pagamento de 50% de expediente, 10% adicionais e 20% ouro, em um despacho de 250 volumes, contendo materias para o Abastecimento d'Agua desta capital, vindo no vapor inglez «Matador», entrado em 16 do corrente mez.

Ao mesmo:

Recommendo-vos que faças pagar a inclusa folha dos operarios que se acham em serviço no proprio Estadual, sito a rua das Trincheiras desta cidade, durante a semana de 24 a presente data, na importancia total de 474\$600 reis, devendo ser effectuado o respectivo pagamento, nos termos das ordens existentes nessa repartição.

Ao mesmo:

Recommendo-vos que faças pagar a inclusa folha dos operarios que se achão em serviço do calçamento da rua das Trincheiras desta cidade, durante a semana de 25 a presente data, na importancia total de 367\$200 reis, devendo ser effectuado o respectivo pagamento, nos termos das ordens existentes nessa repartição.

Expediente do governo do dia 2 de Outubro de 1911.

Officios:

Ao Illustre Cidadão Inspector do Thesouro.

Recommendo-vos que faças pagar á inclusa folha do pessoal que se acha em serviço da estrada de rodagem da cidade de Alagoa Grande a Areia, durante a quinzena de 2 a 15 de Setembro findo, na importancia total de 9:263\$805 reis, inclusas (2) duas contas, devendo ser effectuado o respectivo pagamento, nos termos das ordens existentes nessa repartição.

Ao mesmo:

Recommendo-vos que faças pagar ao engenheiro Victor Kromenacker, a quantia de 200\$000 mil reis, proveniente da diaria do

mesmo engenheiro, durante 14 dias do mez de Setembro findo, despesas diversas com a sua mudança e diaria do mestre carpinteiro, durante quatro dias, para orçar a madeira para diversas pontes, conforme vereis da nota que junto remetto.

Expediente do Secretario de Estado.

Remetto-vos, para os fins convenientes, o incluso extracto do ponto dos empregados desta repartição, relativo ao mez de Setembro findo.

DESPACHOS

Dia 27

Petições de dr. João Pereira de Castro Pinto e de A. P. Peixoto & C.^a—Como requer.

Dia 28

Petição de Sá Leitão & C.^a—Ao Thesouro para pagar.

Petição de João Francisco de Barros Lima, preso sentenciado—Ao Superior Tribunal de Justiça, para dar parecer.

Dia 29

Petição de Antonia Cavalcante de Albuquerque—Ao Thesouro para informar.

Dia 30

Officio do dr. Miguel Rapôzo—Ao Thesouro para pagar.

Petições de Alfredo José de Athayde e de Julia Augusta da Silva Rocha—Ao Thesouro para informar.

Dia 2 de Outubro

Officio ao dr. Chefe de Policia e Folha das despesas da Secretaria de Estado—Ao Thesouro para pagar.

Petição de José Correia da Silva—Informe o Thesouro.

Petição de Manoel José dos Santos—vulgo—Manoel Távora, preso sentenciado—Ao Juiz de Direito da comarca de Campina Grande, para o fim requerido.

Junta Commercial

Sessão de 30 de Setembro de 1911.

Presidente—Clodomiro de Paula Basto.

Secretario—J. P. Ribeiro.

Presentes os Srs. Clodomiro Basto, Presidente, Manoel Londres, Pedro Seraphim e Carlos Alverga, deputados, foi aberta a sessão.

Lida a acta da sessão anterior foi approvada.

Officio: Da Junta Commercial de Porto Alegre, communicando

que se havia effectuado no dia 28 de Julho do corrente anno, a eleição para um deputado e um supplente em substituição ao finado Bernardino José Botelho.

Petições: De F. H. Vergara requerendo registro da marca de Cigarros denominados Cigarros Preciosos de seu fabrico; da Companhia Clark Limited, com sede na Capital do Estado de S. Paulo, requerendo archivamento de suas marcas dos calçados de seu fabrico, registradas e archivadas na Junta Commercial d'aquelle Estado e na da Capital Federal.—Archive-se.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão.

Marca Registrada

Cigarros "ART-NOUVEAU"

DESCRIÇÃO

O rotulo que acima acha-se collado e carimbado com o sinete de F. H. Vergara & Com., Parahyba, tem a dimensão de 0,171' x 0,123' e é constituído por um quadrilatero em traços sinuosos em cujo centro estão os seguintes dizeres em sentido horizontal, intercalados dois filetes: FABRICA VERGARA-CIGARROS ART NOUVEAU—F. H. VERGARA & C.^a, achando-se á esquerda do mesmo quadrilatero mais os dizeres: RUA DESEMBARGADOR TRINDADE N. 14, Parahyba.

Tudo impresso com tinta encarnada em letras maiusculas e minusculas em papel impermeavel azulado. O referido rotulo tem de ser preparado em forma de carteira para acondicionamento de cigarros, podendo ser variadas as mencionadas cores e dimensões.

A presente marca é destinada a cigarros da fabrica de F. H. Vergara & Comp. negociantes de generos de estiva em grosso á Praça Dr. Alvaro Machado n. 6, domiciliados neste Estado.

Parahyba, 14 de Setembro de 1911.

(Assignado sobre 500 rs. de estampilhas Estadual e Federal).

F. H. VERGARA & C.^a

Apresentada na Secretaria da Junta Commercial do Estado da Parahyba, as 2 horas da tarde do dia 15 de Setembro de 1911.

(Assignado) J. P. Ribeiro

Secretario

Registrada sob n.º 45, por despacho da Meretissima Junta em sessão de hoje.

Pagou no primeiro exemplar a importancia de rs. 9\$600, sendo rs. 6\$600 do sello federal e rs.

3\$000 de estadual, em estampilhas.

Secretaria da Junta Commercial do Estado da Parahyba, em 14 de Setembro de 1911.

(Assignado) J. P. Ribeiro
Secretario

Marca Registrada

Cigarros "Preciosos"

DESCRIÇÃO

O presente rotulo, carimbado com o sinete de F. H. Vergara & Comp.a., Parahyba, tem as dimensões de 0,179 x 0,058, occupando a parte impressa 0,126 x 0,054, constante de letreiros, emblema e adorno que o compõem como segue: CIGARROS PRECIOSOS—Fabrica Vergara de F. H. VERGARA & C.a—Rua Dezembargador Trindade n. 14—Parahyba; um emblema no centro constituido por um monogramma com as iniciais F. H. V. & C, e duas espingardas cruzadas fingindo atravessar um espheral branco apresentando o centro dilacerado onde appareta em cor vermelha a respectiva idéa, achando-se pela borda do espheral os dizeres: MARCA REGISTRADA. O alludido rotulo é lithographado com tintas amarella, rôxa e vermelha, em papel branco com os mencionados dizeres em sentidos horizontal, convexo e concavo. E' destinado a envolver de cigarros denominados «PRECIOSOS» da fabrica de F. H. VERGARA & C.a, negociantes de generos de estiva em grosso á Praça Dr. Alvaro Machado n. 6, domiciliados neste Estado.

Os dizeres do dito rotulo, são todos em letras maiusculas.

Parahyba, 25 de Setembro de 1911.

(Assignado) F. H. VERGARA & C.a.

Tem uma estampilha federal de trezentos réis (\$300) e outra estadual de duzentos réis (\$200), devidamente inutilisadas.

Apresentado na Secretaria da Junta Commercial do Estado da Parahyba, á 1 1/2 hora da tarde do dia 25 de Setembro de 1911.

(Assignado) J. P. Ribeiro—secretario.

Registrado sob n.º 46, em virtude do despacho da Junta de hoje datado.

Pagou no primeiro exemplar a importancia de rs. 9\$600, sendo rs. 6\$600 do sello federal e rs. 3\$000 estadual, por estampilhas.

Secretaria da Junta Commercial do Estado da Parahyba, em 26 de Setembro de 1911.

(Assignado) J. P. RIBEIRO
Secretario.

Marca Registrada

2.º Exemplar

Paula Basto & C.a, estabelecidos nesta praça, com commercio de fumos, cigarros, etc., á rua Maciel Pinheiro n. 27, veem apresentar a marca acima a qual consiste no seguinte: Um rotulo com 53 mm de largura com tinta encarnada e verde, do lado superior e inferior em duas tarjas encarnadas, lê-se os dizeres em letras brancas: «Fabrica Planeta» e «Paula Basto & C.a», no centro e em letras maiusculas phantasiadas a palavra «Deliciosos» e em letras minusculas «Cigarros, fumo caporal mineiro», sobre um fundo esverdeado do lado esquerdo em forma oval, está o nosso sinete contendo os dizeres: «Paula Basto & C.a—Parahyba», tendo ao centro do dito carimbo, também em forma oval, um ornato em tinta encarnada; do lado direito o desenho em tinta encarnada do nosso estabelecimento com quatro portas.

O referido rotulo é lithographicamente impresso.

Parahyba, 9 de Outubro de 1911.

Paula Basto & C.a

Apresentado na Secretaria da Junta Commercial do Estado da Parahyba, ás 12 do dia 9 de Outubro de 1911.

J. P. Ribeiro
Secretario.

Registrado sob n. 48 por despacho da Junta d'hoje datado. Pagou no primeiro exemplar a quantia de nove mil e seiscentos reis, (Rs. 9:600) sendo Rs. 6:600 do sello federal e Rs. 3:000 do estadual, por estampilhas.

Secretaria da Junta Commercial do Estado da Parahyba, em 9 de Outubro de 1911.

J. P. Ribeiro
Secretario.

2.º Exemplar

Paula Basto & C.a, estabelecidos nesta praça com commercio de fumos, cigarros, etc., á rua Maciel Pinheiro n. 27, veem apresentar a marca acima a qual consiste no seguinte: Um rotulo com 37mm de largura tythographado com tinta encarnada e verde, do lado superior e inferior em duas tarjas encarnadas, lê-se os dizeres em letras brancas, «Tabacaria Planeta e Paula Basto & C.a»; no centro e em letras maiusculas encarnadas os dizeres, «Perola finos» e em letras minusculas verdes os dizeres «Superiores cigarros—fumo escolhido a capricho»; do lado esquerdo em forma oval; está o nosso si-

nete contendo os dizeres: «Paula Basto & C.a—Parahyba», tendo ao centro do dito carimbo um pequeno ornato em tinta encarnada; do lado direito o desenho de um sobrado em tinta encarnada.

Parahyba, 9 de Outubro de 1911.

Paula Basto & C.a

Apresentado na Secretaria da Junta Commercial do Estado da Parahyba, ás 12 horas do dia 9 de Outubro de 1911.

J. P. Ribeiro
Secretario.

Registrado sob n. 47 por despacho da Junta d'hoje datado. Pagou no primeiro exemplar a quantia de nove mil e seiscentos reis (9:600) sendo Rs. 6:600 do sello federal e Rs. 3:000 do estadual, por estampilhas.

Secretaria da Junta Commercial do Estado da Parahyba, em 9 de Outubro de 1911.

J. P. Ribeiro
Secretario.

2.º Exemplar

Paula Basto & C.a, estabelecidos nesta praça, com commercio de fumos, cigarros etc., á Rua Maciel Pinheiro n. 27, veem apresentar a marca acima, a qual consiste no seguinte: um rotulo polygonal de papel parafinado de cor branca com lustro, o qual tem de ser usado em forma de uma bolsinha, tomando o lado superior o letreiro em forma transversal—«Cigarettes Smarts»—«Paula Basto & C.a—Parahyba»—e arabescos e o outro lado o letreiro «Vendas exclusivamente na Tabacaria Planeta»; tudo gravado em tinta azul.

A referida marca que servirá para distinguir os cigarros do fabrico dos supplicantes, denominados «Smart», será exclusivamente impresso nas cores do referido rotulo.

Parahyba, 9 de Outubro de 1911.

PAULA BASTO & C.a

Apresentado na Secretaria da Junta Commercial do Estado da Parahyba, ás 12 horas do dia 9 de Outubro de 1911.

J. P. RIBEIRO
Secretario

Registrado sob n. 49 por despacho da Junta d'hoje datado. Pagou no primeiro exemplar a quantia de nove mil e seiscentos reis (9:600) sendo Rs. 6:600 do sello federal e Rs. 3:000 do estadual, por estampilhas.

Secretaria da Junta Commercial do Estado da Parahyba, em 9 de Outubro de 1911.

J. P. RIBEIRO
Secretario.

Prefeitura Municipal do Pilar, em 3 d Outubro de 1911.

Ill.º Ex.º Sr. Dr. João Machado m. d. Presidente do Estado.

Communico a V. Exc.ª que nesta data recolhi a Estação de Arrecadação desta Villa, a quantia de tresentos e trez mil quatrocentos e sessenta réis, (303,460 rs.) correspondentes aos 20% deduzidos da arrecadação effectuada das rendas Municipaes, a contar do dia 1.º de Julho á 30 de Setembro do corrente exercicio.

Saude e fraternidade.

O Prefeito,

José Luiz C. d'Albuquerque.

Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo, 5 de Outubro de 1911.

Ex.º Sr. Dr. João Lopes Machado m. d. Presidente do Estado da Parahyba.

Tenho a honra de comunicar a V. Exc.ª que fiz recolher á Estação de Arrecadação desta Villa, nos quatro mezes de Junho a Setembro a quantia de rs. . . . 144\$900, dos 20% das rendas deste Municipio com destino á Caixa Municipal no Thezouro.

Reitero a V. Exc.ª os meus protestos de alta estima e subida consideração.

Saude e Fraternidade.

O Prefeito,

José Tolentino Pereira Gomes.

Prefeitura Municipal de Santa Lusia do Sabugy, 2 de Outubro de 1911.

Ex.º Sr. Dr. João Lopes Machado m. d. Presidente do Estado da Parahyba do Norte.

Communico-vos para os devidos fins que nesta data fiz recolher na Mesa de Rendas da Cidade de Patos, a quantia de cento e trinta e quatro mil e noventa reis (134\$090) proveniente de 20% sobre a quantia de seiscentos e setenta mil quatrocentos e cincoenta réis (670\$450), da receita deste Municipio no 3.º trimestre, de accordo com o § unico do art. 2.º da Lei n. 16 de 10 de Novembro de 1904.

Saude e Fraternidade.

O Prefeito,

Aristides de Araujo Guerra.

ESCOVAS com espelhos para cabelo e roupa, chegaram para

ANTONIO MAIA & C.ª